



**OS SABERES LOCAIS E OS MEGAEMPREENDIMENTOS: O COTIDIANO
DOS PESCADORES ARTESANAIS FRENTE AOS ORDENAMENTOS
TERRITORIAIS NA BAÍA DE GUANABARA**

Luís de Souza Junior

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Membro do Grupo: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas

ljunior.geo@gmail.com

Resumo

A pesca e a coleta na Baía de Guanabara são praticadas desde períodos imemoriais pelos povos originários que habitavam suas cercanias, antes mesmo da formação urbano-industrial. Atualmente, com a chegada dos novos empreendimentos ligados ao setor energético e a restrição cada vez maior da pesca artesanal, os homens e mulheres do mar redefinem os seus saberes através da relação da experiência, descoberta, escassez e arte de “resolver” a vida para continuar exercendo sua atividade. O trabalho tem como principal objetivo analisar a coexistência dos ordenamentos territoriais imprimidos pelos atores hegemônicos com os saberes e práticas pesqueiras na Baía de Guanabara.

Palavras chaves: Saberes locais; Megaempreendimentos; Ordenamentos territoriais; Baía de Guanabara; Pesca artesanal.

Introdução

O ser humano como ser biológico e social é precedido pela existência da água. A interação do homem com a água- para além da sua composição biológica- é fundamental para que possamos compreender a existência das mais diversas culturas formadas nas margens dos rios e mares. Seja como facilitador/ obstáculo para o transporte e fonte de alimento, mas também como fonte de diversão, mitos e crenças, o entendimento da água como um dos elementos fundantes da história humana se faz presente.

Heródoto afirmava que Egito era uma dádiva do Nilo. O mesmo podemos afirmar dos rios Tigres e Eufrates em relação às civilizações mesopotâmicas, do Amarelo e do Azul para os chineses, e do Indo e Ganges para os indianos. Entretanto, os leitos fluviais não significam água doce e veículos de sedimentos que fertilizam terrenos e imprimem a formação morfológica dos lugares. Os rios significavam muito mais do que acidentes geomorfológicos traçados no mapa. Descendo as montanhas e as colinas, ou

Eixo Temático 3 – Indústria e Infraestrutura no litoral: contextos e conflitos

sinuosamente penetrando em vales e planícies, os rios carregam simbolicamente a existência humana e toda a sua imensidão de desejos, sentimentos, intensões e ações. Seu percurso- nem sempre previsível-pode desenhar uma cartografia com invenção de memórias: (BARBOSA 2012, p. 62).

Munidos com saberes e técnicas os sujeitos da pesca cotidianamente marcam pontos de captura dos cardumes através do *savoir-faire* dos pescadores mais experientes, possuem pontos para a venda do pescado, utilizam suas margens como abrigo e guardam as embarcações nas margens dos rios que desaguam no mar. Entretanto, no tempo presente, os pescadores artesanais da Baía de Guanabara passam por inúmeras dificuldades devido à degradação ambiental e aos novos ordenamentos territoriais na Baía de Guanabara. Locais onde os pescadores costumavam pescar, hoje são proibidos ou se tornaram espaços inférteis devido à instalação dos dutos submarinos dos terminais de Gás Liquefeito da ilha Cumprida e da ilha Redonda, além dos dutos do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ). Com isso, os pescadores buscam novas maneiras de se integrar no território e “resolver” a vida, seja através da disputa com os grandes navios, pescando em locais proibidos, lutas e barqueatas, ou para os pescadores mais providos de recursos, pescarem fora dos limites da Baía de Guanabara.

A leitura ativa dos pescadores sobre o território da Baía de Guanabara é fundamental para exercerem sua atividade, coexistindo com as práticas corporativas. Milton Santos chama a atenção para o Espaço de todos os homens e mulheres, instituições e corporações refundando o conceito de Espaço geográfico, sinônimo de *território usado*. A partir dessa noção, o território pode ser concebido para além de sua filiação única com os grandes agentes, podendo ser rede e contiguidade, território de alguns e de todos ao mesmo tempo. Dessa maneira, o lugar é onde os acontecimentos solidários se realizam e onde o mundo se torna normatizado a partir da prática dos atores hegemônicos e

Quando se fala de mundo está se falando, sobretudo, em mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideias inclusive da ciência e informação; mercado político. A versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado. (SANTOS 1994 p. 259)

Em contrapartida, sabemos que a partir dos “milagres” da ciência e da técnica as mesmas forças produtoras de racionalidade são as que produzem contra-razionalidade.

O que muitos consideram, adjetivamente como “irracionalidade” e, dialeticamente, como contra-razionalidade, constitui, na verdade e substancialmente, outras formas de

Eixo Temático 3 – Indústria e Infraestrutura no litoral: contextos e conflitos

racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo.
(SANTOS, 2006 p. 211)

Por saberes locais, entendemos que são os saberes produzidos nos lugares opacos, saberes não mensuráveis pela monocultura do conhecimento científico e que, através do advento da modernidade, vem sendo historicamente desperdiçados. Somado a isto, estes saberes são produzidos a partir de experiências populares que não se calam frente à celeridade imposta pelos atores hegemônicos.

Como Megaempreendimentos, compreendemos as modificações das bases materiais e simbólicas dos territórios forjada pelos atores hegemônicos, tendo a parceria- público o seu principal alicerce, e configurando-se através de um conjunto reduzido de agentes em detrimento a maior parcela da população. A rapidez das inovações técnicas forjadas por objetos e ações estranhas ao lugar de implantação, convoca os homens comuns a reaprender e se adaptar aos novos arranjos nos subespaços. É dessa maneira que, nas zonas opacas, o homem lento ¹recria suas práticas.

Os ordenamentos territoriais: apropriação e dominação da Baía de Guanabara pelo setor energético

Na década de 2000, a crise energética entre o Brasil e Bolívia, fez com que o Estado criasse um amplo plano nacional de energia. Dentre os projetos contidos neste plano, figura a ampliação do parque produtivo energético do Rio de Janeiro com a criação dos terminais da Ilha Comprida e Ilha Redonda, além do gigante Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), previsto para inaugurar em 2014, mas que já causa uma profunda reorientação territorial tanto nos municípios envolvidos quanto na atividade pesqueira na Baía de Guanabara, pois provoca intensa destruição de áreas preservadas em suas margens, corroborando para alteração do já fragilizado ecossistema

¹ A força dos “lentos” e não nos detém a velocidade elogiada por um Virilio em Delírio na esteira de um Valery sonhador. Quem na cidade tem mobilidade-e pode percorrê-la esquadrinha-la- acaba por ver pouco da Cidade e do Mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente pré-fabricadas é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações. (SANTOS, 1994 p. 84)

Eixo Temático 3 – Indústria e Infraestrutura no litoral: contextos e conflitos

do Manguezal. Além disso, à reestruturação produtiva do setor naval, a partir da criação da lei do Petróleo (lei 9478, de 06 de agosto de 1997) abriu o mercado de exportação e refino brasileiro para outras empresas além da PETROBRAS. Assim, a própria PETROBRAS liderou o mercado de contratação dos serviços de apoio marítimo, o que gerou a refuncionalização de estaleiros locais, muitos deles as margens da Baía de Guanabara. É notória a forte presença do setor energético como mola propulsora no remodelamento de outros setores econômicos na Baía de Guanabara.

O COMPERJ trata-se de uma grande indústria de base, constitui-se de uma unidade petroquímica de refino e um conjunto de unidades de segunda geração. Contudo, infelizmente este empreendimento está a serviço da acumulação de uma pequena parcela da população total destes municípios. A quantidade de emprego oferecida pela indústria (200 mil diretos, indiretos e por efeito-renda) não condiz com a exigência de mão-de-obra qualificada neste grande empreendimento. Além de contribuir para a destruição dos manguezais e matas ciliares da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim como já foi supracitado². A cidade corporativa baseada na acumulação econômica se impõe em detrimento da cidade social

Os terminais de Gás Liquefeito na Baía de Guanabara viabilizam o armazenamento e escoamento do GLP produzido no terminal de Gás de Cabiúnas (TECAB) e da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) a partir do gás natural da Bacia de Campos. Desse modo, o gás é transportado para as demais regiões do Brasil e o excedente é exportado. A implicação deste amplo projeto de modernização possui uma grande área de influencia direta, tanto por via aquática (município de Magé, rio Suruí) quanto por terra, (município de São Gonçalo, Duque de Caxias e Guapimirim, inclusive na área de proteção ambiental do ultimo município, através da passagem por Itaboraí). Do eixo Guapimirim-Itaboraí-Magé, fazem parte os dutos que serão ligados ao COMPERJ e aos empreendimentos petrolíferos da Bacia de Campos. Devido às construções dos gasodutos dos terminais instalados na ilha Cumprida e ilha Redonda muitos espaços da Baía de Guanabara são esterilizados por produtos químicos altamente tóxicos, provocando intensa diminuição e mortandade de espécies marinhas.

² Um milhão m² de matas ciliares do rio Macacu, 500 mil m² de matas ciliares do Rio Caçeribus e 10 mil m² de áreas não edificáveis.

Eixo Temático 3 – Indústria e Infraestrutura no litoral: contextos e conflitos

Além da instalação do Terminal aquaviário da ilha Comprida, adaptações do terminal aquaviário na ilha Redonda (Figura 1) também faz parte desse empreendimento a criação de dutos de gás ligando as ilhas a REDUC. Verdadeiros sistemas de engenharia a serviço do capital. Sua função será abaixo descrita:

- Sistema de recebimento de GLP através de dutos;
- Sistema de armazenamento de GLP pressurizado e refrigerado através de tanques e esferas;
- Sistemas de refrigeração e secagem de GLP;
- Sistema de transferência de GLP para navios pressurizados, semi-refrigerados e refrigerados e
- Cais para atracação dos navios de GLP. (RIMA Petrobras, 2007)

O movimento avassalador do capital é parte integrante do novo planejamento estratégico, que tem na parceria público-privada seu alicerce. Esse novo planejamento causa intensas modificações territoriais e geralmente não leva em conta a participação das populações locais. O ordenamento despótico é parte daquilo que Moreira identifica como ordem espacial burguesa e são fundamentados por regras coercitivas.

Ordenamento territorial- tem por finalidade administrar a base contraditória do espaço que a sociedade tem no seu alicerce a sua organização geográfica e se expressa por um conjunto de regras e normas do arranjo espacial da coabitação, exercendo o exercício da administração geográfica da sociedade. (MOREIRA 2007, p.76)



Figura 1: Terminal aquaviário de ilha Redonda Baía de Guanabara (LEME/NUTEMC/UERJ)

No período atual, como nos alerta Santos (1994), fluidez e competitividade se tornam as palavras de ordem. Procura-se aumentar a velocidade e encurtar as distâncias através de novos sistemas de transporte e de comunicação, alteram-se as formas

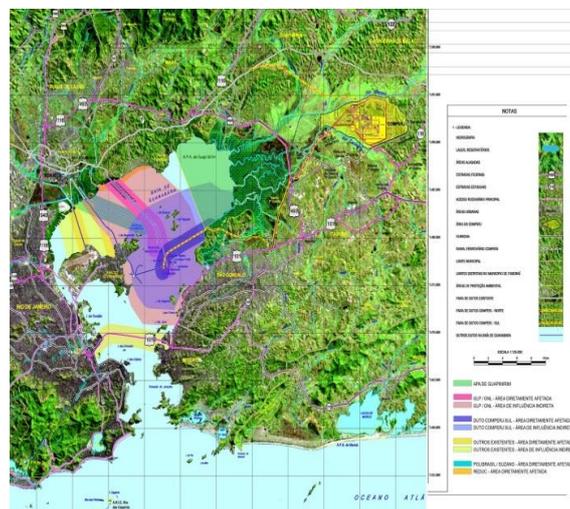
pretéritas do território, fazendo com que antigas sociabilidades procurem se adaptar aos novos arranjos. Todavia, os atores hegemônicos buscam apenas uma fração do território ligado às redes de comando que são estranhas aos locais de implantação do empreendimento. A artificialização dos objetos vem acompanhada da artificialização das ações nos territórios.

Cresce o divórcio entre a sede última da ação e o seu resultado. Nessas condições, a escala pode até existir. Mas nada tem a ver com o tamanho (a velha preocupação com as distâncias) nem com as contiguidades impostas por uma organização. Escala é tempo. (SANTOS, 1994 p. 38)

Apesar disso

Assim desvalorizadas a materialidade não plenamente atual pode ser objeto de (nova) utilização por capitais e pessoas “desvalorizadas”, que encaminham suas ordens “desvalorizadas”, suas ações desvalorizadas, a essas parcelas “desvalorizadas” do espaço, onde se realizam formas conseqüentes de vida, onde o cálculo é desnecessário e a emoção é possível, formas de vidas territorializadas, inseridas em conjuntos mais amplos, sejam eles locais (a integração das metrópoles), próximos (áreas complementares) ou distantes (regiões e lugares da divisão longínqua do trabalho). A adaptação à modernidade não se submete a leis absolutas. (SANTOS, 2006 p. 151)

MAPA 1: Dutos GLP e suas áreas de influência



FONTE: FEEMA

Os pescadores artesanais são proibidos de estarem a 500 metros de qualquer grande embarcação e também em algumas áreas restritas da Marinha. Apesar disso, a poluição os obriga a arriscarem suas vidas em locais com maior disponibilidade de

Eixo Temático 3 – Indústria e Infraestrutura no litoral: contextos e conflitos

peixe e renovação das águas da Baía de Guanabara, que são justamente onde navios de grande porte trafegam constantemente.

O plano de fundo que envolve as disputas pelo uso do território na Baía de Guanabara podem ser caracterizados pelo conflito de duas matrizes de racionalidade distintas: uma que está presente na história milenar da humanidade, intimamente ligadas com os saberes e sabores do cotidiano e outra que enxerga o meio como obstáculo a ser vencido e não considera a diversidade de atores que atuam no lugar, além daqueles que comandam(Figura 2).

É dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e para isso, os povos a serem dominados foram assimilados a natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo homem (europeu, burguês, branco, masculino). (GONÇALVES, 2002 p.2)



Figura 2: Pequena embarcação pesqueira em meio aos grandes navios. (LEME / NUTEMC / UERJ)

Na medida em que a modernização provoca mudanças no território da Baía de Guanabara, há também uma redefinição nas trajetórias pesqueiras, visto que os pescadores precisam se adaptar aos novos arranjos espaciais. Em suma, as ações hegemônicas de dominação do território (racionalidade) precariza as condições de vida dos pescadores que, por sua vez, necessitam de outras estratégias para continuar exercendo sua atividade (contra-racionalidade). Dessa forma, os sujeitos da pesca procuram novas maneiras de “resolver” a vida, seja através dos longos trajetos em busca

do pescado, por vezes se arriscando, pescando em locais proibidos, complementando sua renda com uma dupla jornada de trabalho ou através das lutas sociais e barqueatas.

Os Saberes pesqueiros: espaço vivido e cotidiano

Para além do aparato técnico e ordenamentos territoriais imprimidos pelos atores hegemônicos, o Espaço banal é onde coexistem homens e mulheres, empresas e instituições e que trazem consigo todas as dimensões do acontecer. Pois a vida não é um produto da Técnica mas da Política, a ação que dá sentido a materialidade. (SANTOS, 1994). A ideia da globalização enquanto unidade das técnicas, convergência de momentos e unicidade do motor deve ser vista juntamente com a arte de “resolver” a vida dos muitos Outros que sobrevivem em contextos de precarização de suas condições materiais. É dessa forma que pescadores na Baía de Guanabara conseguem manter o seu *ethos* frente às mudanças provocadas pelo setor energético.

A diminuição do espaço da pesca na Baía de Guanabara faz parte de um projeto de modernização que não leva em conta os saberes e práticas anteriores à inserção do Brasil na modernidade. Contudo, os saberes da pesca artesanal nestas áreas nos dias atuais ganham uma nova visibilidade em âmbito mundial. Com a destruição predatória do meio ecológico, a discussão ambiental ganha cada vez mais espaço na arena política, neste âmbito que RE-existe a pesca artesanal como um conjunto de saberes e práticas que pese menos a dominação da natureza e mais a inter-relação com esta, pois de fato, o pescador artesanal necessita intimamente do meio para a sua sobrevivência.

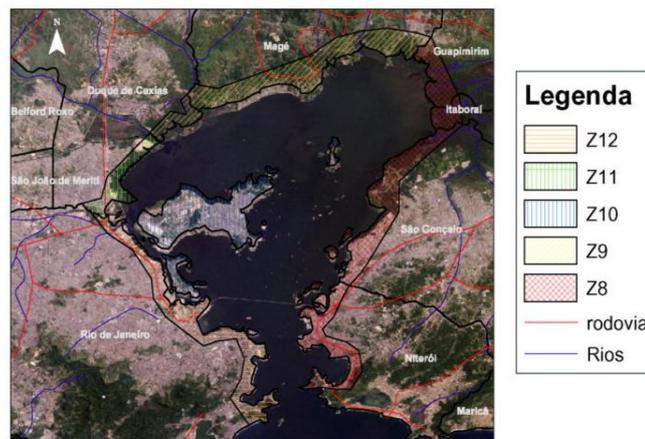
Tanto no entorno da Baía de Guanabara quanto no próprio território aquático, as transformações ocorridas pela modernização tentam enfraquecer cada vez mais a atividade pesqueira. A modernização transforma alguns territórios em detrimento aos saberes que não fazem parte do seletor dos agentes hegemônicos. Um conjunto de verticalidades são criadas para a otimização da acumulação capitalista e os objetos técnicos dos agentes hegemônicos são rapidamente assimilados pela classe média através dos veículos de propagação de massa. Entretanto, esta tentativa de invisibilidade não elimina os pescadores de estar exercendo a sua atividade, lutando pelo/ e por território na Baía de Guanabara.

Eixo Temático 3 – Indústria e Infraestrutura no litoral: contextos e conflitos

Apesar da escassez cada vez maior provocada pela diminuição do pescado na Baía de Guanabara, a atividade pesqueira cresce à medida que a oferta de emprego no setor formal cai nos municípios do entorno da Baía de Guanabara. A diminuição do número de pescadores por parte das estatísticas oficiais, só servem para velar a grande quantidade de famílias que sobrevivem da pesca nestes municípios. Por outro lado, na falta do pescado, homens e mulheres que sobrevivem da pesca artesanal passam a procurar outras formas de sobrevivência. Assim, o número de pescadores varia. Segundo uma liderança de pesca entrevistada no período do trabalho, cerca de 20.000 pescadores atuam na Baía de Guanabara.

A partir da nova constituição, assinada em 1988, a estrutura organizacional e representativa da atividade pesqueira foi desvinculadas da tutela do Estado e formuladas em instituições que se assemelham a sindicatos. Na base da pirâmide estão os representantes locais dos núcleos de pesca, às zonas de pesca ou colônias, mais acima está às federações em âmbito estadual e, por ultimo, a confederação em âmbito nacional. Na Baía de Guanabara, a pesca está organizada em cinco colônias: Z8 (Niterói e São Gonçalo), Z9 (Magé e Guapimirim), Z10 (Ilha do governador no município do Rio de Janeiro), Z11 (ilha do fundão, Ramos e Bonsucesso no município do Rio de Janeiro) e Z12(Caju, Centro e Urca no município do Rio de Janeiro). Além de inúmeras associações nas margens da Baía de Guanabara. (MAPA 2)

MAPA 2: Colônias de pesca na Baía de Guanabara



Fonte: LEME/NUTEMC/ UERJ

Para compreensão do cotidiano e do espaço vivido dos pescadores é necessário tomar o cuidado de não aprisionarmos as experiências de vida e o cotidiano do Outro. Mais do que investigar o Outro é necessário investigar **com** os Outros, através de um propósito compartilhado e de relações horizontais como propõe SILVA ET al. Nesse sentido, a análise do presente artigo tentará descrever da melhor maneira o cotidiano e o espaço vivido do pescador artesanal, sob a ótica de um não pescador.

[...] “Por isso, nesse fazer sociológico em diálogo com outras ciências é muito importante investigar com o Outro e não investigar o Outro”. Trata-se do respeito ao Outro, sobretudo da trajetória do Outro. Daí mesmo a capacidade de compreendê-lo e de perceber a potencialidade em cada um, que está além do senso comum (SILVA ET AL, 2012 p.5).

Os pescadores da Baía de Guanabara começam a sua empreitada adentrando a noite em busca dos melhores pescados na Baía de Guanabara. Em sua chegada, ainda de madrugada, percebe-se a grande quantidade de carros frigoríficos a espera dos pescados, são os chamados de intermediários ou atravessadores, que fazem parte do circuito produtivo da pesca artesanal, barateando o peixe e distribuindo a preços exorbitantes no mercado atacadista. Isso faz com que estes atravessadores tomem um papel preponderante no custo do pescado e, por consequência, se tornando um dos principais condicionantes da pauperização dos pescadores, os intermediários tomam a maior parte do lucro da pesca.

O trabalho dos pescadores é realizado em conjunto, em regime familiar e/ou em parceria, ou seja, cada pescador parceiro dentro da embarcação possui um papel na divisão do trabalho e possuem seus próprios meios de produção. O lucro é dividido meio a meio ou, em outros casos, a maior parte fica a cargo do dono da embarcação e o restante é dividido para os demais tripulantes.

O tamanho da embarcação é variável, de barcos pequenos a remo, denominados de caícos a barcos pequenos a motor ou caícos adaptados, que são de baixo custo de manutenção. Estes barcos não possuem um raio de alcance tão grande e geralmente são amplamente utilizados para a pesca de siri, próximo aos mangues, corvinas e outros peixes de menor valor de mercado. Sendo assim, estes pescadores são os maiores prejudicados com a deterioração do ecossistema costeiro da Baía de Guanabara. Em menor escala, são utilizados barcos de médio e grande porte. Para ser considerado pesca artesanal, os barcos devem ter a capacidade máxima de 10 toneladas de pescado

transportando no máximo 10 pescadores e a relação de parceria tanto nos lucros como nos prejuízos. A atividade artesanal na Baía de Guanabara se concentra na pesca de sardinha e camarão, devido ao seu alto valor de mercado e compradores certos. Há também barcos especializados em pesca de arrasto, denominados traineiras, que extraem uma diversidade maior de peixe, tais como: Tainhas, Corvinotas, Robalos, Dourados etc.

O tipo de técnica empregada na captura do pescado é variável e as estratégias assumidas também. Na praia de Jurujuba, localizada em Niterói, mais próxima da desembocadura da Baía de Guanabara, grande parte dos pescadores costumam sair da Baía de Guanabara, aumentando e diversificando o pescado. Na ilha de Itaoca, localizada no município de São Gonçalo, nos fundos da Baía, os pescadores costumam pescar nos arredores da própria ilha, sendo os mais prejudicados com a degradação dos mangues. Dentro da própria pesca artesanal na Baía de Guanabara a diferenciações quanto à mobilidade espacial variando através do tamanho da embarcação, nível de capital, tecnologia empregada e posição geográfica.



Figura 3: Píer dos pescadores na Praia da Esso, São Gonçalo. (LEME/NUTEMC/UERJ)

Considerações finais

No atual momento, a coexistência da modernização com a atividade e a moradia dos pescadores no entorno da Baía de Guanabara, deteriora cada vez mais as condições de vida destes homens e mulheres. O derramamento de óleo no ano de 2000, aumento

do tráfego de navios de grande porte, revitalização do setor naval, instalação do terminal de Gás Liquefeito da ilha Comprida e ilha Redonda, o projeto dos dutos do COMPERJ, são alguns dos empreendimentos que afetam diretamente o trabalho e moradia dos pescadores. A cidade corporativa mais uma vez se impõe em detrimento a cidade social. Dia após dia os núcleos de pesca da Baía de Guanabara em geral, são pauperizados. Ações instrumentais comandadas por atores hegemônicos engendram transformações no território que, através da política das grandes empresas, não consideram os atores hegemonzados e suas técnicas.

Além disso, a evolução urbana não acompanhada da melhoria de serviços urbanos e equipamentos coletivos (transporte, educação, saneamento básico, segurança etc.) os pescadores da Baía de Guanabara precisam conviver com a restrição cada vez maior do pescado na Baía de Guanabara, conseqüentemente, provocando o desencanto dos pescadores que, por sua vez, não querem mais que as futuras gerações se envolvam com os saberes e práticas da pesca. Alegria em viver em o contato com o mar coexiste com a sua integração residual no território.

Entretanto, também entendemos que a experiência da escassez faz com que os sujeitos da pesca resistam e RE-existam para continuar utilizando seus saberes e práticas na Baía de Guanabara. Pescar em lugares restritos; ações, barqueatas e enfrentamento de todo tipo; o aluguel de suas embarcações para o transporte de pessoas e mercadorias; ou -para os pescadores mais providos de recursos- pescarem fora dos limites da Baía de Guanabara, são maneiras que os homens do mar encontraram para “resolver” a vida frente à modificação causada pelos novos ordenamentos. Longe de ser uma atividade em vias de extinção, a atividade pesqueira artesanal na Baía de Guanabara continua forte e atuante, lutando por território. A interpretação e o conhecimento dos lugares, nesse sentido, são as principais armas dos pescadores frente à restrição da pesca artesanal.

Torna-se trivial perceber que a inserção do Brasil na modernidade deve levar em conta à escala local e o enfrentamento autêntico da pobreza, do contrário, cairemos reproduzindo os mesmos matizes ideológicos que pregam a fé cega no progresso econômico em detrimento às melhorias sociais.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Jorge Luiz. Rios, Baías e Continentes: paisagens nas mudanças das águas. Revista Ensaios de Geografia, Rio de Janeiro, n.1, p. 60-70, 2012.
- BERNARDES, Lysia Maria Cavalcante. Pescadores da Ponta do Caju: Aspecto da contribuição de Portugueses e Espanhóis para o desenvolvimento da Pesca na Guanabara. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, n.1, p.181-202, 01 abr. 1958.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades em Ceceña, Ana Esther e Sader, Emir (coord.) La guerra infinita: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- _____. A Globalização da Natureza e A natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto ET AL. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa in Território Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Niterói: Editora lamparina, 2007.
- RESENDE, Alberto Toledo. MetrÓpole e formas de resistência: A atividade pesqueira artesanal no leste metropolitano do Rio de janeiro. 2005. 56 f. Monografia (Graduação) - Departamento de Geografia, UERJ FFP São Gonçalo, 2005.
- RIBEIRO, A. C. T. Desenvolvimento local e a arte de “resolver” a vida *in* Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Rio de Janeiro: SOLTEC/UFRJ, Julho de 2005.99-103.
- SANTOS, Milton. Técnica, Espaço e tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. O retorno do território. In OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano seis nº 16 (Jun. 2005) CLACSO, 2005.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.



**IIº SEMINÁRIO NACIONAL
ESPAÇOS COSTEIROS**
03 a 06 de junho de 2013

Eixo Temático 3 – Indústria e Infraestrutura no litoral: contextos e conflitos

SILVA, Catia Antonia da. Modernização industrial e urbanização: novas tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, XIV, 2010. Anais... Porto Alegre. AGB, 2010. 1-13.

SILVA, Catia Antonia ET al. Ana Clara Torres Ribeiros em diálogos: um pensamento vivo que orienta leituras de mundo In REED: Revista Espaço de Dialogo e Conexão. Araraquara, Ano um nº4 Julho-Dez 2011.

SOUZA JUNIOR, Luís de. Território, modernização e Outros Saberes: da modernização na Baía de Guanabara e São Gonçalo ao território da pesca em Itaoca. 2011. 62f. Monografia (graduação)-Departamento de Geografia. UERJ FFP São Gonçalo, 2011.

SOUZA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes In Critical Review of Social Sciences, 78, October 2007: 3-46.